

Tatiana Inglez-Mazzarella

Histórias recobridoras

Quando o vivido não se transforma em experiência



Blucher

HISTÓRIAS RECOBRIDORAS

*Quando o vivido não se transforma
em experiência*

Tatiana Inglez-Mazzarella

Histórias recobridoras: quando o vivido não se transforma em experiência

© 2021 Tatiana Inglez-Mazzarella

Editora Edgard Blücher Ltda.

SÉRIE PSICANÁLISE CONTEMPORÂNEA

Coordenador da série Flávio Ferraz

Publisher Edgard Blücher

Editor Eduardo Blücher

Coordenação editorial Jonas Eliakim

Produção editorial Luana Negraes

Preparação de texto Maurício Katayama

Diagramação Taís do Lago

Revisão de texto Bonie Santos

Capa Leandro Cunha

Imagem da capa iStockphoto

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme

5. ed. do *Vocabulário Ortográfico da Língua*

Portuguesa, Academia Brasileira de Letras,

março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por
qualquer meios sem autorização escrita da
editora.

Todos os direitos reservados pela Editora
Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação
na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Inglez-Mazzarella, Tatiana

Histórias recobridoras : quando o vivido não
se transforma em experiência / Tatiana Inglez-
Mazzarella. – São Paulo : Blucher, 2021.

290 p. (Série Psicanálise Contemporânea / coor-
denação de Flávio Ferraz)

Bibliografia

ISBN 978-65-5506-236-6 (impresso)

ISBN 978-65-5506-237-3 (eletrônico)

I. Psicanálise 2. Prática psicanalítica I. Título. II.
Ferraz, Flávio. III. Série.

21-1205

CDD 150.195

Índice para catálogo sistemático:
1. Psicanálise

Conteúdo

Prefácio <i>Luís Claudio Figueiredo</i>	7
Apresentação: o outro lado de uma mesma questão	13
1. Alguns conceitos preliminares	27
2. As histórias encobridoras e sua função de velamento	55
3. As histórias recobridoras e sua função de tamponamento	71
4. Austerlitz: da história recobridora	113
5. Quando as lembranças anestesiaram: uma história de loucura que recobre uma mãe	215
Conclusão: tecendo o final	257
Posfácio <i>Caterina Koltai</i>	277
Referências	281

1. Alguns conceitos preliminares

O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos das vozes que emudeceram? Não têm as mulheres que cortejamos irmãs que elas não chegaram a conhecer? Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa.

Walter Benjamin (1936), *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*

O objetivo deste capítulo é apresentar elementos relevantes para a discussão acerca do estatuto das histórias recobridoras. Para tanto, irei me aproximar também de outras áreas do conhecimento, considerando a interface destas com a psicanálise, uma vez que estou em busca de tudo aquilo que possa subsidiar o conceito de história recobridora a ser erigido.

Origem e história

Ansermet (2003) lembra-nos que não nos é facultado nem escolher nem mudar nossa origem. Somos, então, por ela modelados, embora sem podermos acessá-la diretamente. Só temos notícias do que nos precede por meio de fragmentos, sempre reconstruídos em um relato *a posteriori*, fato que nos impõe um trabalho permanente de historicização. Portanto, não há como escapar a uma narrativa. A imperiosa questão da origem coloca o sujeito diante da difícil, interminável e estruturante tarefa de nomear, criar sentidos e estabelecer bordas que possam fazer uma aproximação àquilo que sempre escapa. Contar uma história sobre si é uma tentativa “manca” de articular marcas, inscrições, transbordamentos; ou seja, de encontrar um fio condutor que organize, ainda que transitoriamente, aquilo que foi vivido.

Entramos na complexa discussão acerca do registro, da inscrição do vivido. São as palavras que possibilitam a passagem do acontecimento¹ à experiência.² É por meio da linguagem, então, que tentaremos construir bordas para circunscrever algo do vivenciado. Seguimos, durante a vida, refazendo constantemente um trabalho iniciado ainda em tempos imemoriais. Nessa complexa composição, entre marcas e inscrições, entendo o historicizar como tarefa inexecutável em sua plenitude, mas completamente necessária à instalação e à continuidade da vida.

Na condição de humanos, estamos situados entre dois elementos cujo desvendamento é impossível: a origem e a morte. Entre

1 Segundo o dicionário *Houaiss*, aquilo que acontece, uma ocorrência, um fato. Há também um segundo significado ligado à ideia de inesperado.

2 Utilizarei “experiência” com o sentido do que foi transformado via apropriação do vivido.

eles, resta-nos a aventura da construção de uma história, de uma narrativa que possibilite a apropriação do que foi vivido.

Ansermet (2003) afirma que “toda busca da origem tropeça em um umbigo, cicatriz deixada no corpo por uma primeira separação, sinal da entrada no tempo, que implica de uma e só vez um futuro indiscernível e um passado inacessível” (p. 108). Então, de que historiografia se trata?

A leitura que Gagnebin (2007a) realiza da historiografia benjaminiana ajuda-me a pensar sobre isso. Segundo a autora, a historiografia de Benjamin utiliza-se de uma temporalidade não cronológica, mas baseada na intensidade. No lugar de uma sucessão, há uma coexistência entre o eterno e o efêmero, na figura de um historiador que se parece mais com um colecionador do que com aquele que estabelece relações causais entre os acontecimentos. Trata-se de um historiador que coleta, separa e expõe informações sem que precise explicá-las de antemão. Nesse sentido, ele produz cortes na linha do tempo histórica. O contato com a brutalidade do objeto impede que este seja esquecido ou destruído. São esses cortes ou interrupções, como diz Gagnebin, que, ao pararem o tempo, podem permitir ao passado recalçado ressurgir no presente. Esse é um presente que atualiza o passado.

História e temporalidade não são, portanto, negadas, mas se encontram, por assim dizer, concentradas no objeto: relação intensiva do objeto com o tempo, do tempo no objeto, e não extensiva do objeto no tempo, colocado como por acidente num desenrolar histórico heterogêneo à sua constituição. (Gagnebin, 2007a, p. 11)

Ainda no que diz respeito à temporalidade, remeto o leitor ao conceito de origem (*Ursprung*), também na obra de Benjamin.

Gagnebin (2007a) destaca uma composição da origem feita de saltos, recortes e paragens que desconstroem uma ideia cronológica em favor de uma retomada do passado no presente. Essa temporalidade é muito semelhante à freudiana do *après-coup*, também disruptiva em termos de linearidade. Convém observar, portanto, que faz um entrelaçamento entre origem e história, na medida em que a não linearidade concerne a ambas. Assim, a origem guarda tanto a dimensão do repetir quanto a do inovar, conforme uma narrativa pode ser construída. Nessa construção, o encontro com o passado permite transformá-lo em presente, e, desse modo, o presente é também transformado.

Gagnebin (2007a) chama a atenção para o método empregado por Benjamin: iluminar o que é atípico e que escapa à classificação, fugindo à regra positivista de ênfase no mediano. Não é à toa que se interessa pela monstruosidade dos personagens kafkianos ou pela anormalidade dos casos freudianos. Para a autora, é a ideia de salvação que norteia as escolhas de Benjamin. Ele parte da leitura do dado (em sua positividade) e vai em direção ao rastro e à promessa de outra verdade.

Nessa perspectiva histórica, a origem, para Benjamin, é “ao mesmo tempo indício de totalidade e marca notória da sua falta” (Gagnebin, 2007a, p. 14). Não há, portanto, garantia do cumprimento de uma promessa, de um final feliz ou de redenção do passado. Uma relação com o passado via rememoração, por mais cuidadosa que possa ser, não tem como escapar aos processos de mediação e reflexão. A origem, por um lado, remete à ideia de restauração e reprodução; por outro, à de incompletude e inacabamento. Benjamin propõe uma restauração que reconheça a perda, numa retomada constante do passado considerado como abertura para o futuro: um inacabamento constitutivo.

Gagnebin (2007a) acrescenta que a origem, segundo Benjamin, só pode realizar-se historicamente, pois é a ligação entre dois elementos que produz um novo sentido. Essa ideia de origem como algo diferenciado de gênese considera a rememoração do passado um pressuposto para a transformação do presente. Assim, uma “narração, por mais coerente que seja, precisa ser interrompida, desmontada, recortada e entrecortada” (Gagnebin, 2007a, p. 17).

Não há nada mais próximo da psicanálise, em termos de historicização, do que esta leitura: a perda ganha um papel de destaque como aquilo que engendra a constituição do sujeito e a criação de sua história. Existe uma ligação permanente entre a referência ao Outro e a singularização, tornando-as aspectos indissociáveis. A constituição do sujeito, portanto, está sempre num campo de tensão entre o dado (o atribuído, mesmo antes do nascimento) e o escolhido (modo de o sujeito lidar com o dado). A verdade histórica do sujeito será, então, uma criação baseada em outras histórias e na História.³

Ansermet (2003) ressalta, com propriedade, que, no âmago da história de todo humano, está um não evocável, um primeiro tempo inacessível – a origem – responsável por nos permitir entrar no tempo; esse tempo, há pouco referido, em psicanálise, não diz respeito ao registro cronológico.⁴ Então, como se constrói uma narrativa historicizante? Qual é a relação entre narrativa e experiência?

3 Com “H” maiúsculo, por se referir à história da humanidade, sempre mais ampla que a história pessoal.

4 Esse aspecto temporal será retomado no capítulo seguinte, que aborda as histórias encobridoras.

Narrativa e experiência

Narrar é definido por Benjamin como “a faculdade de intercambiar experiências”. Em seu texto *Experiência e pobreza*, de 1933, o autor considera a mudez dos combatentes, ao voltarem dos campos de batalha da Primeira Guerra Mundial, como prova do empobrecimento do comunicável, o que, segundo ele, não foi superado pelos livros escritos posteriormente.

Aqueles que fizeram contato direto com situações nas quais o corpo humano surge brutalmente em sua fragilidade e em sua pequenez vivenciaram uma radicalidade. A mudez põe em evidência o fracasso do trabalho diante do real⁵ do corpo. Pode-se supor que haverá efeitos disso nas gerações seguintes, quando a possibilidade de intercâmbio da experiência encontrar-se obstaculizada ou impedida.

Segundo Benjamin, o desenvolvimento da técnica acarretou uma desapropriação da experiência do homem. Ele se refere a uma “galvanização” como forma de velar a pobreza. Ao questionar “qual o valor de todo nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais se vincula a nós?”, Benjamin (1940/1994c, p. 114), chama a atenção para essa “galvanização” no século anterior, além de antecipar o que veríamos como os efeitos dos horrores da Segunda Guerra Mundial poucos anos depois de terminada. Destaca,

5 “Real: termo empregado como substantivo por Jacques Lacan, introduzido em 1953 e extraído, simultaneamente, do vocabulário da filosofia e do conceito freudiano de realidade psíquica, para designar uma realidade fenomênica que é imanente à representação e impossível de simbolizar. Utilizado no contexto de uma tópica, o conceito de real é inseparável dos outros dois componentes desta, o imaginário e o simbólico, e forma com eles uma estrutura. Designa a realidade própria da psicose (delírio, alucinação), na medida em que é composto dos significantes forcluídos (rejeitados) do simbólico” (Roudinesco & Plon, 1998, pp. 644-645).

ainda, o apagamento dos rastros e dos vestígios como evidência da intenção dos homens de se libertarem de toda experiência: há o empobrecimento, “uma existência que se basta a si mesma, em cada episódio” (Benjamin, 1940/1994c, p. 119).

Entendo, de um prisma psicanalítico, que a historicização depende de uma apropriação da experiência – aquilo que tenho marcado como a transformação de uma vivência em experiência –, sendo, portanto, um recorte realizado pelo sujeito num certo *continuum* da vida. Para tanto, são imprescindíveis a nomeação e a atribuição de sentido ao vivido.

Rosa (2009), com base em Lacan, fala do poder de nomeação como aquele que estrutura a própria percepção. A nomeação estabelece um pacto: os objetos podem ser percebidos para além do instantâneo e reconhecidos por dois sujeitos em acordo. É a dimensão simbólica que permite aos sujeitos ultrapassarem a dimensão de uma vivência que, como tal, está aprisionada no imediato. O imediato, o tempo presente, não pode ser apreendido como experiência subjetiva. Desse modo, são quase óbvios os entrelaces entre a simbolização e a experiência.

Nas palavras de Rosa (2009), “[a] dimensão simbólica dá pistas de como o sujeito pode transcender o empírico, o imediato, o sensível. As falhas na simbolização redundam em veredictos ou emudecem no sem sentido, quando o fato é tomado como experiência de valor traumático” (p. 26).

São as falhas de simbolização em sua redundância de veredito que interessam neste livro. A vivência é apartada do que se pode falar sobre ela; assim, a fala, ao registrar a história, torna-se incapaz de construir um testemunho sobre si, pois não deixa abertura para novas produções de sentido, vitais à continuidade da vida. A falha de simbolização impede a apropriação de vivências, que, desse modo, não se constituem como experiências.

É a palavra que “instala” os fatos e permite fazer história. O vocábulo “história” deve ser aqui entendido como trama de sentidos, como significâncias que falam da posição de um sujeito. Ainda assim, convém reiterar que o sujeito se constitui por meio de sua relação com o Outro. Portanto, uma história se faz com base em outras histórias e sempre se refere à História.

Entretanto, é preciso que também haja espaço para a falta de sentido, pois é ela que põe em movimento a busca, a apropriação, ou seja, que coloca em marcha o processo de historicização, que, como tal, jamais pode ser totalmente finalizado. Rosa (2009) afirma que a palavra confere ordem ao pulsional, mas não dá conta de tudo, deixando sobras deste no real. O dito, logo, só se configura articulado ao não-dito. Desse modo, ao admitir que “dizer tudo” é impossível, colocamos os restos como limite e, simultaneamente, como abertura para novos sentidos.

Encontro no texto “O narrador” elementos subsidiários para tratar da questão da ameaça à abertura a novos sentidos. Nessa obra, Benjamin (1936/1994b) discute acerca daquilo que é imprescindível para constituir um narrador: ter muito para contar, seja por sua condição de viajante (ter mantido contato com o estrangeiro), seja por sua condição de mestre (agregar em torno de si outros para os quais conta sobre suas histórias e tradições).

Se, em “Experiência e pobreza” (1933/1994a), o foco é a expropriação da experiência, em “O narrador” ele chama a atenção para o quanto a narrativa encontra-se ameaçada. Começa a argumentação destacando, no período moderno, o surgimento do romance, que se distinguiu das outras formas de prosa por não proceder do oral, ser uma obra solitária, não ser obrigatoriamente reprodutora da experiência do narrador nem da de outros e, portanto, não poder dar nem receber conselhos.

Ressalta Benjamin (1936/1994b) que o mais ameaçador à narrativa é a informação. O saber vindo de longe tanto no sentido temporal (tradição) quanto no espacial (terras distantes) fazia uso de uma autoridade para além da experiência direta com o ocorrido. Entendo que Benjamin utiliza o conceito de experiência como algo que se estabelece por meio da própria narrativa, como uma espécie de “banho de palavras” que coloca narrador e ouvinte em condição de experimentar. A ameaça da informação reside justamente aí: ela é passível de verificação imediata, plausível e compreensível “em si e para si”. Fatos e explicações já vêm soldados. Na narrativa, cabe ao leitor construir suas próprias interpretações; na informação, ao contrário, há uma restrição no campo do sentido, e seu valor repousa na novidade como algo indispensável. Ora, a novidade e a apropriação do vivido são, de certa forma, incompatíveis. É impossível ao psiquismo apropriar-se de algo se estiver submetido permanentemente ao novo. Sabemos que a tarefa de apropriação exige tempo, enfrentamento de perdas, construções, reposicionamentos, enfim, muito trabalho psíquico.

A abertura, a distensão psíquica e a marca do narrador⁶ são imprescindíveis à narrativa. A elas, Benjamin acrescenta os vestígios deixados pelos que viveram e pelos que narraram. O autor destaca o quanto a morte perde força a partir do século XIX, com a criação de instituições sociais, como os sanatórios e os hospitais, que a isolam e evitam seu espetáculo. É diante do imperativo da morte que a transmissão se faz necessária e urgente:

Ora, é no momento da morte que o saber e a sabedoria do homem e, sobretudo, sua existência vivida – e é dessa que são feitas as histórias – assumem pela primeira vez sua forma transmissível. Assim como no

6 “... como a mão do oleiro na argila do vaso” (Benjamin, 1936/1994b, p. 205).

interior do agonizante desfilam inúmeras imagens – visões de si mesmo, nas quais ele se havia encontrado sem se dar conta disso –, assim o inesquecível aflora de repente em seus gestos e olhares, conferindo a tudo o que lhe diz respeito aquela autoridade que mesmo um pobre diabo possui ao morrer, para os vivos ao seu redor. Na origem da narrativa está essa autoridade. (Benjamin, 1936/1994b, p. 207)

O que liga o narrador ao ouvinte é a conservação do que foi narrado; essa ligação inclui tanto tradição quanto transformação. A memória, “a mais épica de todas as faculdades”, fica como responsável pela apropriação e, simultaneamente, pela resignação quando da chegada da morte. A memória tanto presentifica o objeto ausente quanto é peça-chave para a elaboração do luto.

Ansermet (2003) destaca que a memória congrega as ideias de passado, perda e luto como forma de uma possível restituição. É como atividade de ligação psíquica que a memória articula o antes, o agora e o depois, possibilitando, desse modo, que se atribua sentido ao presente. Mas, para isso, é indispensável o vínculo entre memória e esquecimento, caso contrário, “não poderíamos experimentar nem a duração, nem a mudança sem os laços que ela faz. Sem a amnésia infantil, o sujeito não teria história” (Ansermet, 2003, p. 111).

Segundo Gagnebin (1994), a teoria da narração de Benjamin é um refletir acerca do “discurso a respeito da história”. Nessa teoria, o autor estabelece relações entre narrativa e história. Benjamin, ao se opor ao historicismo – que cultiva a imagem eterna do passado e a teoria do progresso – que toma a história como previsível e inevitável, propõe que um historiador seja alguém que constitua uma experiência com o passado. No texto “Verdade e memória do

passado”, Gagnebin (2006) argumenta que, para Benjamin, não é possível estabelecer uma correspondência entre o discurso científico e os fatos históricos. É por meio da nomeação, da linguagem, que os fatos se constituem. Não se trata de uma descrição, mas de “uma *narração* que obedece a interesses precisos” (Gagnebin, 2006, p. 40, grifo do original).

Já para Rudelic-Fernandez (1996), com base em um referencial psicanalítico, narrar supõe contar uma história, então, considera ser essa instância discursiva a responsável por integrar “o outro no mesmo”. Isso significa apropriar-se “das imagens e das lembranças, dos personagens e dos cenários, dos ritmos e das melodias, para representá-los numa cena imaginária (mimesis), transformá-los numa história ficcional (mythos) e deles fazer um relato” (p. 722).

Entendo que a ideia de “o outro no mesmo” explicita o caráter tanto de manutenção quanto de transformação, aspectos necessários e articulados para que algo se constitua como experiência e possa ser transmitido. Isso se aproxima bastante da definição de Benjamin. Recorreremos, então, uma vez mais a esse autor para refletirmos acerca dessa articulação.

O conceito de “história” de Benjamin comporta simultaneamente a memória, a tradição e as modificações desta, ou seja, diz respeito a uma polissêmica, complexa e delicada articulação. Aqui encontro importantes fundamentos para a discussão acerca da memória e do esquecimento.

Gagnebin (1994) afirma que as referências de Benjamin para abordar as questões acerca da memória e do esquecimento são Proust e Kafka, respectivamente. Seguindo a trilha proustiana, vale destacar que a relação estabelecida entre o vivido e o lembrado inclui a dimensão do tempo. Enquanto o vivido é finito, o lembrado é infinito. Para Proust, há presença do passado no presente,

um presente já prefigurado no passado. Daí decorre a ideia de um passado que é salvo pelo historiador ao ser descoberto na atualidade, podendo ser considerado “uma realização possível dessa promessa anterior” (Gagnebin, 1994, p. 16).

Gagnebin menciona a importância do narrador de Kafka, considerando-o “o maior narrador moderno”. Por meio da perda da experiência, da desagregação da tradição e do desaparecimento do sentido primordial, esse narrador preconiza o fim da transmissão da mensagem definitiva, o que, ao mesmo tempo, significa ameaça de destruição e abertura para novos sentidos.

Em seu texto “Não contar mais?”, Gagnebin (2007b) chama a atenção para aspectos importantes de “O narrador” e “Experiência e pobreza”, de Benjamin. A autora suspeita de uma contradição entre as ideias apresentadas nessas obras: enquanto a segunda aponta o esfacelamento da narrativa tradicional, a primeira, escrita posteriormente, busca definir uma narrativa capaz de rememorar sem se transformar em narrativa mítica universal. A autora, contudo, procura destacar um ponto de confluência entre os dois textos: a problemática do desaparecimento dos rastros.

Gagnebin (2007b) diz-nos que as certezas coletivas foram paulatinamente substituídas pelos valores individuais e privados. Não podemos esquecer que é nesse contexto que nasce a psicanálise, ou seja, no momento em que surge um novo conceito de experiência, segundo o qual a história deixa de priorizar o comunitário e passa a enfatizar o individual. Há um processo de interiorização espacial (arquitetônica) e psicológica que leva da experiência calcada no coletivo (*Erfahrung*) para aquela calcada na vivência individual (*Erlebnis*). Mas outro fator também foi responsável pelo surgimento do moderno conceito de experiência: o sofrimento inenarrável, aquele que não pode ser traduzido nem comunicado. Eis as considerações de Gagnebin (2007b) a respeito disso:

Como descrever esta atividade narradora que salvaria o passado, mas saberia resistir à tentação de preencher suas faltas e de sufocar seus silêncios? Qual seria esta narração salvadora que preservaria, não obstante, a irredutibilidade do passado, que saberia deixá-lo inacabado, assim como, igualmente, saberia respeitar a imprevisibilidade do presente? Uma narração cuja dinâmica profunda não deixa de lembrar esse movimento paradoxal de restauração e de abertura que descreve o conceito benjaminiano de origem. (p. 63)

Como se pode notar, essas questões ligam-se diretamente aos propósitos deste trabalho, pois aqui pretendo tratar daquilo que se refere a uma narrativa a serviço da elaboração, o que pressupõe a coexistência de memória e esquecimento. A construção de uma história implica fazer contato indiretamente com a origem, mas, ao mesmo tempo, deixar abertura para a singularização, para a apropriação de uma herança. É também desse modo que se posiciona Figueiredo (2002):

A “experiência elementar e básica” é da ordem da ficção; toda experiência é construída ou, melhor dizendo, toda experiência é em construção. Isto significa, porém, em consequência e em contrapartida, que toda experiência implica, igualmente, destruição, perdas de formas e figuras e, portanto, luto. E ainda há o que não se perde nem se cria, repetindo-se cegamente na experiência. (p. 24, grifos do original)

Cabe aqui uma reflexão acerca da narrativa em sua articulação com a experiência. Convém notar que, caso a história não

mantenha contato com rastros e vestígios da experiência, transforma-se num amontoado de palavras desencarnadas, ou torna-se inoperante no que diz respeito ao simbólico. Uma narrativa que não mantém ligação com a experiência é incapaz de funcionar como fator subjetivante; aliás, ao contrário disso, é capaz de deixar o humano à mercê do pulsional e do traumático. Retomarei esse aspecto durante a abordagem das histórias recobridoras; estas, ao perderem a polissemia, o conflito, a contradição, nos colocam diante da Verdade, na qual não há lugar para as narrativas elaborativas.

Do homem moderno ao contemporâneo

Agamben (2005) defende a ideia de que o homem contemporâneo sofre de uma incapacidade de fazer e transmitir experiência, algo já anunciado por Benjamin em 1933. Se, para Benjamin, a referida inaptidão estaria associada à catástrofe (como os acontecimentos da Primeira Guerra), para Agamben, estaria atrelada a uma existência cotidiana lotada de eventos pouco traduzíveis em experiência.

Segundo Agamben, o homem contemporâneo está imerso em muitos acontecimentos que não se traduzem em experiências, pois sofre de uma incapacidade insuportável de tradução. Incapacidade esta que não se relaciona nem com a falta de qualidade nem com a insignificância de sua vida cotidiana, pois o autor nos lembra que, talvez, jamais se tenha vivido antes tantos eventos significativos no cotidiano.

Agamben reafirma que a experiência encontra o seu correlato na autoridade, ideia também já lançada por Benjamin. Entretanto, para o primeiro, há uma complicação a esse respeito, pois não se aceita na contemporaneidade uma autoridade baseada na

experiência, pelo contrário, “toda autoridade tem seu fundamento no ‘inexperenciável’” (Agamben, 2005, p. 23). Essa passagem me faz lembrar de uma fala muito presente na sociedade em geral e, em particular, na clínica de alguns pais quando solicitados a falar de seu desejo em relação ao filho: “que ele/ela seja feliz”. Tenho escutado essa frase como aquilo que o autor chama de *slogan*. O *slogan*, na contemporaneidade, substituiu o provérbio e a máxima, formas antes calcadas na autoridade da experiência. Para Agamben, o *slogan* representa o provérbio de uma humanidade que perdeu a experiência. Convém destacar que esta, na atualidade, segue existindo, contudo, se dá fora do próprio homem.

É preciso, ou, talvez mais que isso, é exigido que se seja feliz. O que isso quer dizer para aqueles pais em relação àquele filho? Usa-se um *slogan* como palavra de ordem, um imperativo em um disfarce de máxima liberdade. Os adultos têm se colocado com muita dificuldade como autoridades – ou melhor, colocam-se, muitas vezes, em um movimento de fuga dessa posição.

Agamben (2005) afirma que, como herdeiro de Benjamin, posiciona-se como alguém que constata uma realidade e avista a possibilidade de uma experiência futura. Não se trata de um lamento, e sim de uma aposta, o que é denominado por ele “um germe de experiência futura em hibernação”.

Cabe lembrar que a experiência originária do humano é uma experiência muda, anterior à palavra. Porém, a constituição do sujeito está atrelada à linguagem; mais precisamente, se dá por meio dela. E é essa mesma linguagem que pontua o limite por meio do qual nos deparamos com a experiência muda. Convém reiterar que tal experiência deixa rastros; estes surgem durante o processo analítico e merecem ser “escutados”. Nosso esforço como analistas se faz na direção de disponibilizarmos recursos para lidar com

tais vestígios, o que se constitui em uma tarefa tão difícil quanto necessária.

Para Agamben (2005), é preciso abrir mão de um conceito de origem que estabelece um limite cronológico: um antes-de-si e um depois-de-si. “A origem de um tal ‘ente’ não pode ser *historicizada*, porque é ela mesma *historicizante*, é ela mesma a fundar a possibilidade que exista algo como uma ‘história” (pp. 60-61, grifos do original). É a experiência que coloca o homem como ser nem sempre falante, mas já falante e guardador de um *infans*. Na infância há uma expropriação do sujeito da linguagem (como falante), mas é na linguagem que a experiência ganha seu caráter de verdade.

A infância cinde língua e discurso, semiótico e semântico, sistema de signos e discurso. A pura língua é natural e anistórica, sem descontinuidade e diferença. Então a história não é um processo contínuo da humanidade, mas antes de tudo uma descontinuidade. Na infância do homem está a origem da experiência, ela situa-se na diferença entre natureza e cultura, transforma a natureza em história.

Para Agamben (2005), experienciar é “reentrar na infância como pátria transcendental da história . . . ; aquilo que tem na infância a sua pátria originária, rumo à infância e através da infância, deve manter-se em viagem” (p. 65). Gostaria aqui de propor que leiamos novamente esse enunciado, agora substituindo o vocábulo “infância” por “infantil”, no sentido freudiano do termo. Isso porque entendo a ideia de experiência e história como aquilo que só ocorre em contato indireto com o infantil inconsciente sempre pulsante. Esse contato não deve ser próximo demais, pois isso levaria ao emudecimento, nem distante demais, pois isso levaria à perda da dimensão viva. Esse contato deve ser feito pelas bordas, o que permite, por palavras experienciadas, processos de

elaboração e reelaboração. É preciso transformar a pura língua em discurso humano, o que se faz em presença do outro (um ser falante que fala a outro) e apenas momentaneamente.

Figueiredo (2002) chama a atenção para a impossibilidade da presença plena – ao contrapor-se à metafísica da presença e sua concepção de tempo como algo linear – quando se pensa em termos do conceito psicanalítico de inconsciente. O inconsciente não é nem “*origem* da história” nem “*fundamento* da experiência” (grifos do original). Esse conceito, segundo o autor, problematiza a noção de experiência, pois ela se mostra por meio de marcas, rastros e pegadas, numa constituição de sentido que só se dá *a posteriori*. Essa fugacidade da presença compõe a dimensão trágica da existência humana, evidenciando sua fragilidade, sua incompletude, sua finitude; a possibilidade de representar é o que nos ajuda a atravessá-la.

Meiches (2000), em sua obra *A travessia do trágico em análise*, apresenta-nos as características que aproximam a tragédia, tanto clássica quanto moderna, da psicanálise. Em primeiro lugar, destaca a tragédia como “*uma interpretação do estabelecimento do cultural*” (p. 19, grifos do original) que põe em cena o mal-estar. Por meio da ambivalência e da transitoriedade, considera o ser humano aquele que só vai adquirir conhecimento por meio do contato com a dor e com a complexidade. A situação humana proposta pela tragédia dói; assim, o homem passa não mais a ter um problema, mas a *ser* um problema. Não há resposta para as questões.

Ao seguir essa trilha e tomar a “*irresolução como constituinte do homem*”, o ser humano buscará a representação como forma de lidar com a desmesura da qual não tem como escapar. Meiches afirma que a representação funciona como operador para transformar os afetos. Mas sempre há restos! É possível notar, desse

modo, que a literatura e a psicanálise percorrem terrenos similares, descritos tão belamente nesta passagem:

Na ficção, só tem sentido a revelação após o acontecimento. Oxalá fosse o contrário em nossa vida desperta! Não é essa a experiência do divã: ela também só acontece depois, e só pode acontecer assim. Sempre tarde demais para que possamos viver de novo, sem erros, o progresso, a infância, os amores, as falências, as doenças. No entanto, compreender, no espetáculo trágico da análise, essa condição de erro, como uma espécie de sujeição inevitável, é, em parte, levantar-se do desastre, e, em parte, recrutar forças para suportá-lo, pois ele não deixa de existir por intermédio da compreensão. Ao seguir pensando, no entanto, diversificam-se os meios de sustentá-lo, para abrir caminho rumo ao novo (afinal a experiência deseja isto também): há o reconhecimento de uma história que já passou, até cronologicamente, e de outra que jamais passará, que a primeira deixa como restos míticos. São nossos significantes, nossas marcas, a representação que compõe uma imagem de nós mesmos para o mundo. (Meiches, 2000, p. 47)

O autor destaca também o desconforto e a inquietação produzidos pela polissemia da tragédia literária, como o fato de apontar a impossibilidade humana de uma linguagem unívoca e sem equívocos. O homem encontra-se, então, em uma interminável tarefa de busca de palavras.

Meiches (2000) retoma o mito de Édipo, colocado por Freud como espinha dorsal na teoria psicanalítica, para falar da

vitimização em face da própria origem. Édipo fica reduzido à sua filiação sem poder escapar ao pertencimento: “o jogo do discurso oculta o familiar, o cerne do recalcado” (p. 81). A verdade de Édipo reside naquilo que ele pronuncia sem o saber, por meio de uma expulsão precoce do materno e de um excesso de um saber.

Essa ideia parece cara à psicanálise ao tomarmos, em análise, a construção e os efeitos de uma narrativa. O psicanalista aposta que os imperativos categóricos do destino e do trauma podem ser elaborados com base em um reposicionamento diante da história; esta deve ser tomada, no sentido benjaminiano, como aquilo que une passado e presente em uma nova abertura para a subjetivação. Novas composições, por meio de um trabalho de análise, articulariam de uma forma inédita indícios míticos, lembrança e esquecimento. O historicizar aproxima-nos da origem, estabelecendo então novas ligações entre o passado e o presente. Afinal, não é justamente esse o trabalho de elaboração?

Seguindo essa trilha, vale ainda destacar o lugar do extemporâneo em psicanálise, como recomenda Figueiredo (1998). Baseado em Winnicott, questiona: “Como conceber uma ‘experiência passada’ irrecuperável pela memória, porque de fato não aconteceu, que possa ser vivida *só agora* em uma nova condição, *pela primeira vez*, ou seja, em meus termos, que possa *acabar de acontecer?*”⁷ (p. 278, grifos do original, tradução nossa).

O extemporâneo como aquilo que é regido pelo *fora do tempo* do inconsciente remete ao indestrutível do pulsional e do traumático que sempre irrompe. Segundo Figueiredo (1998), são essas irrupções que estão em jogo em um processo de análise, pois

7 No original: “¿Cómo concebir una ‘experiencia pasada’ irrecuperable por la memoria, porque de hecho no aconteció, que pueda ser vivida *sólo ahora*, en una nueva condición, *por primera vez*, o sea, en mis términos, que pueda *acabar de suceder?*”.

constituem a mola propulsora para a temporalização. Para o autor, a historicização, em psicanálise, implica que cada momento está atraído por outros momentos; isso se baseia na ideia de uma história fraturada que rompe com qualquer possibilidade de linearidade. É dessa forma que algo sempre recomeça (mas não a partir do mesmo início) e permite uma condição de fala, em análise, que deixa espaço para o acolhimento do extemporâneo.

Entendo ser esse o trabalho que se efetua “pelas bordas”. Algo se faz contado sem ser totalmente dito – aliás, dizer tudo é impossível, assim como é impossível eliminar o extemporâneo – porque, como nos lembra Figueiredo, é do pulsional também que se origina a possibilidade de uma atividade fecundante.⁸ Assim, a temporalização e a narrativa, em seu sentido psicanalítico, para esse autor, articulam o *por vir* com o *que foi* e com o *que está sendo*, numa abertura capaz de acolher o extemporâneo.

Retomando, então, o que eu vinha propondo acerca da tensão constante e vital entre memória e esquecimento, pergunto-me: “Como pensar na construção, no âmbito da análise, de histórias que permitam pertencimento e singularização?” Eis o que nos interessa com base nos conceitos de experiência, narrativa, memória e esquecimento. Nesse sentido, o não poder lembrar ou o não poder esquecer desarticulados entre si, embora por vias diferentes, remetem a importantes entraves de subjetivação. Desse modo, algo da mobilidade, do deslizamento, da não fixação fica comprometido.

8 Em uma nota de rodapé, Figueiredo atribui essa ideia à tradição winnicottiana, especialmente a Bollas.

Experiência e transmissão

Gagnebin (2007a) afirma que, para Benjamin, a experiência inscreve-se numa temporalidade comum a várias gerações, na continuidade da palavra transmitida de pai para filho. Essa transmissão, segundo Benjamin, faz-se pela autoridade, sendo esta conferida àquele que traz notícias de alhures (viajante) ou àquele que está próximo da morte, conforme mencionado anteriormente.

A mesma autora aponta que Benjamin defende a existência de três condições para a transmissão da experiência, que se encontram abaladas na sociedade moderna capitalista: a proximidade entre as gerações, o modo de produção artesanal e o compartilhamento de uma história aberta e contínua (Gagnebin, 1994). A primeira dessas condições inexistente atualmente em razão da vertiginosa mudança da técnica, que transformou o saber do ancião moribundo em algo inútil; a segunda inexistente em virtude da falta de tempo para o contar e do desaparecimento de uma forma de vida comunitária, que aproximava o gesto da palavra; finalmente, a terceira inexistente em função do desfazimento da comunidade da experiência, na qual alguém transmitia um saber acerca do que era narrado, englobando memória e tradição.

Gagnebin (1994) destaca, ainda, que “o leitor atento descobrirá em *O narrador* uma teoria antecipada da obra aberta” (p. 12). A autora aponta duas razões para isso. A primeira é que cada história ensina outra história e suscita novos relatos e novos textos. A segunda diz respeito à leitura e à interpretação de um texto, que tomam Heródoto como protótipo de narrador, pois ele conta sem dar explicações definitivas e, assim, mantém a obra aberta, “disponível à continuação da vida”, como diz a autora. Enfim, de acordo com essa teoria, a narrativa comporta sempre uma pergunta

acerca do que aconteceu depois, assim como permite sempre novas interpretações.

Essas ideias muito interessam à psicanálise, na medida em que podemos fazer uma analogia entre a teoria de abertura de uma obra – segundo a qual sempre há novas versões – e a possibilidade de apropriação de um legado transmitido.

A esse respeito, Hassoun (1994) propõe que “somos passadores”,⁹ ou seja, modificadores constantes do recebido como herança e alterado “segundo os acasos de nossa vida, de nossos exílios, de nossos desejos”¹⁰ (p. 13, tradução nossa). Esse autor lembra-nos de que, pelo fato de não ignorarmos a nossa condição de mortais, diferentemente dos outros animais, temos o papel de depositários – de alguém que porta um nome, uma biografia dentro de certa História (para além da história individual) – e, simultaneamente, de transmissores.

Como passadores, executamos um trabalho paradoxal, pois o êxito da transmissão depende da existência de um espaço de liberdade ao transmissor, ou seja, é preciso que haja um “deixar (o passado) para (melhor) encontrá-lo”¹¹ (Hassoun, 1994, p. 14, tradução nossa). Assim, o campo da transmissão, do qual as histórias familiares são um importante componente, coloca uma tensão permanente entre o que se recebe e a construção da verdade do sujeito. E aqui entra a fecundidade do esquecimento. Hassoun (1994) propõe que é o trabalho de esquecimento que produz a significação de nossa existência; para ele, o esquecimento funciona como um saber: “. . . nós podemos afirmar que a transmissão é um meio-dizer que transmite um sem saber, essa será a fórmula que introduz

9 “Nous en sommes les passeurs.”

10 “. . . selon les aléas de notre vie, de nos exils, de nos désirs.”

11 “. . . quitter (le passé) pour (mieux le) retrouver.”

aquilo que nomearia: as línguas de esquecimento”¹² (p. 46, tradução nossa), definidas como

. . . aquelas palavras que o infante entende, mas não compreende. Contudo, são elas que movimentam a vida. É a língua da amamentação, a língua do aleitamento, a língua somente articulada de exclamações, de palavras que representam nada, que são como cochichos, suspiros, fragmentos de palavras, flechas enfiadas na carne, de carícias recebidas, de tapas nunca dados e que, como adultos, reencontramos um dia para nossa grande surpresa em uma frase, em uma emoção. Nós não compreendemos de onde vem essa palavra, esse vocábulo, essa expressão em desuso: ela nos é estrangeira como um dialeto esquecido, um dialeto massacrado pela língua acadêmica dominante.

A língua do esquecimento sustenta nossas emoções mais arcaicas, as mais violentas. Às vezes, ela aparece em um lapso inexplicável, frequentemente como encontro, caro aos surrealistas, de um guarda-chuva e de uma máquina de costura sobre uma mesa de dissecação.¹³ (pp. 46-47, grifos do original, tradução nossa)

12 “... nous pouvons affirmer que la transmission est un mi-dire qui transmet un in-su; telle serait la formule qui introduirait à ce que je nommerai: ‘le langage de l’oubli.’”

13 “... des mots, que l’enfant entend sans comprendre et qui rythment les petits et grands événements de sa vie de nourrisson. C’est la langue du halètement, la langue de l’allaitement, la langue à peine articulée des exclamations, des mots qui ne représentent encore rien, qui sont comme autant de chuchotements, de soupirs, de fragments de mots, de flèches plantées dans sa chair, de caresses esquissées, de gifles jamais assénées, et qu’adultes nous

A língua materna é veiculada pela mãe, mas a separa do bebê. A distância criada possibilita que a criança demande algo, que faça interpolações para não ser tragada por essa mãe. Entre o corpo da mãe e o do seu bebê coloca-se a língua, segundo Hassoun, a “parte distraída” da mãe, para que algo de fora possa passar.

O filhote humano é por natureza um prematuro. Nasce incapaz de sobreviver sem a intervenção de um adulto da espécie que dele se ocupe por um período nada desprezível de tempo. Por não ter condições nem físicas nem psíquicas para realizar ações específicas capazes de dar conta de suas necessidades, esse filhote coloca-se em uma posição de dependência – absoluta, no início, como assinala Winnicott – de alguém que lhe preste socorro, que invista nele; afinal, que o ame.

O desamparo primordial é constitutivo. O bebê depende do outro para decodificar o mar de sensações nas quais se vê envolto. Embora dotado de inúmeras sensações corporais e de motricidade, o filhote humano é incapaz de integrar as experiências, de atribuir-lhes sentido. É a mãe quem se oferece como filtro, quem pensa e digere o banquete do vivido para que ele não se torne indigesto.

Fourment-Aptekman (citado por Bernardino, 2008) acentua a virada das atuais pesquisas cognitivistas em relação aos achados piagetianos: os bebês pensam, percebem o mundo por categorizações, podem até efetuar comparações, embora não consigam

retrouvons tous un jour à notre grand étonnement au décours d'une phrase, au décors d'une émotion. Nous ne comprenons pas d'où nous vient ce mot, ce vocable, cette expression désuète; elle nous est étrangère comme un patois oublié, un dialecte écrasé par la langue académique dominante.

La langue de l'oubli soutient nos émotions les plus archaïques, les plus violentes. Parfois elle apparaît dans un lapsus inexplicable, souvent *comme la rencontre*, chère aux surréalistes, *d'un parapluie et d'une machine à coudre sur une table de dissection.*”

atribuir sentido aos pensamentos, o que só ocorre por meio do Outro. Assim, a passagem do organismo ao sujeito articula-se com uma transmissão simbólica passada entre gerações, que insere um novo integrante na cultura.

Françoise Dolto (1992), ao propor o conceito de imagem inconsciente do corpo, faz uma articulação entre corpo e linguagem, pois separa o desejo do sujeito das necessidades do organismo. Nesse sentido, a voz e o olhar da mãe são, inicialmente, os articuladores mais importantes. O bebê é embalado pela música das palavras, “falado” por sua mãe, até que possa se fazer falante; isso constitui uma adoção no campo da linguagem, como propõe Catão (2008). Contudo, o campo da linguagem comporta também o inominável. Como bem nos lembra Figueiredo,¹⁴ é preciso ir além de uma contraposição simplista entre representável e irrepresentável, entre a plena capacidade de simbolização e o déficit de simbolização, que consideram a terapêutica como uma dimensão, desde muito abandonada por Freud, na qual o inconsciente se torna consciente. É preciso compreender que algo sempre escapa. O umbigo do sonho, a rocha viva da castração, o caroço do inconsciente são formas de aproximação.

Há então um interminável esforço na direção de um alargamento representacional, o que jamais trará conforto, porém é capaz de colocar a vida em movimento. Sobre isso, pontua John:

Por maior que seja seu esforço, por mais importante que seja para o sujeito compartilhar sua experiência, tentando emprestar a ela palavras, algo sempre lhe escapa. Uma parte de sua vivência não cabe em sua

14 Em seu curso “Comunicar a incomunicabilidade”, no segundo semestre de 2008, cujo conteúdo foi incluído no livro *Cuidado, saúde e cultura: trabalhos psíquicos e criatividade* (2014).

tentativa de contá-la. Por isso, seu discurso na análise coloca-se como frágil e multiforme. Diz Rudelic-Fernandez (1993, p. 722) “O relato sustenta-se na análise, ao longo de um limite de ‘dito-não-dito’ que desenha, às vezes em meio a uma profusão de palavras, os contornos de um abismo de silêncio”. (2015, p. 109)

Entendo a construção de uma história como tentativa de apropriação do vivido, do acontecimento, como um esforço de amarração que possibilitará uma experiência e sua transmissão. Dessa forma, a narrativa é algo que está muito além de uma relação entre fatos e personagens numa sequência cronológica. Há, sempre compondo a transmissão psíquica entre gerações, o dito e o não-dito, numa trama que oferece alguns sentidos. Cabe a cada sujeito posicionar-se diante da história familiar narrada, tornando-se um ouvinte que já começa a fazer história por sua escuta, selecionando os pontos nos quais se fixa e aqueles dos quais se esquece, identificando os que o aterrorizam e os que o fascinam.

A esse respeito, convém mencionar o que nos diz Rosa:

O jogo das dimensões Real, Simbólico e Imaginário, contido no enunciado elucida[,] a prática clínica em que determinados não-ditos bloqueiam a articulação do significante, uma vez que preconizam uma única verdade e não se apresentam como um significante, mas como um significado, destituindo o mal-entendido e instituindo um mandato, um destino. Uma versão dessa situação são as histórias, muitas vezes traumáticas, insistentemente repetidas nas várias gerações, sempre de modo idêntico e inquestionável. São lembranças

encobridoras do conflito e da fantasia que as alimenta.
(2009, p. 30)

Tomo a liberdade de aproximar o ponto de vista aqui adotado e a ideia de Rosa. Proponho, contudo, que o dito possa ocupar um lugar parecido com esse do não-dito referido pela autora: um lugar inquestionável de verdade única (significado). Convém observar que um dito sem articulação com o pulsional, com a memória presente no corpo, também funciona como significado que se fixa. O que não se diz, nesse caso, é do luto/da perda. O tamponamento dessa dor pelo dito da história recobridora impede que se instale um trabalho de luto e, assim, que se reconheçam o conflito e a fantasia. Prefiro o termo “recobrimento” a “encobrimento” por acentuar a diferença entre os mecanismos de defesa atuantes nas duas situações. Nas lembranças encobridoras, o mecanismo é o recalque; nesse caso, o retorno do recalçado poderia ser considerado um “móvel psíquico”.¹⁵ As histórias recobridoras, por sua vez, são produzidas sob os efeitos da recusa; nesse caso, desautoriza-se a percepção para evitar o encontro com o vazio, preenchendo-o como um todo dito que nada mais é que o negativo do sem palavras para dizer.

Nas histórias recobridoras, a abertura às modificações imprescindíveis ao processo de historicização encontra-se impedida, pois se tampona o lidar com a dimensão do insuportável do que foi vivido, que, com isso, não pode ser transformado em experiência. Perde-se a articulação entre o dito e o não-dito, perde-se o molejo simbólico, motor das elaborações e reelaborações, numa tentativa fracassada de evitar a perda.

15 Sem, obviamente, desconsiderar os sintomas que podem ser produzidos por esse retorno.

O que ocorre, então, nas histórias recobridoras, que, embora construídas com palavras, não operam simbolicamente? Por que discriminá-las daquilo que vem sendo denominado na literatura psicanalítica “lembranças encobridoras” desde os tempos de Freud? É com essa discussão que seguiremos nos próximos capítulos.



Este livro se dedica ao estudo de histórias repetitivas e obliterantes – as histórias recobridoras –, que, por sua fixidez, impedem a passagem do vivido ao experienciado e dificultam a apropriação da herança. Por meio de um trabalho realizado a partir da obra literária *Austerlitz*, de W. G. Sebald, e de uma construção clínica com base em atendimento da autora, buscou-se uma aproximação com o referido fenômeno, relacionando-o à discussão metapsicológica e às áreas afins. Nesta obra discute-se, também, a relevância do conceito de história recobridora para o trabalho do analista e para a clínica psicanalítica, além de questões acerca das histórias recobridoras coletivas. Por fim, o livro propõe uma articulação da temática com a transmissão psíquica geracional.

série

PSICANÁLISE CONTEMPORÂNEA

Coord. Flávio Ferraz

PSICANÁLISE

ISBN 978-65-5506-236-6



9 786555 062366



www.blucher.com.br

Blucher